

Couro

Sanidade, visto para a pecuária brasileira

Paulo Reimann*

EMBARGO levantado pelos países da União Européia (UE) à carne brasileira no final de 2007 merece ser cuidadosamente analisado por todos os integrantes da cadeia produtiva da pecuária, para preservar as reconhecidas vantagens comparativas que o Brasil detém nesse campo e a própria posição de liderança internacional no mercado internacional.

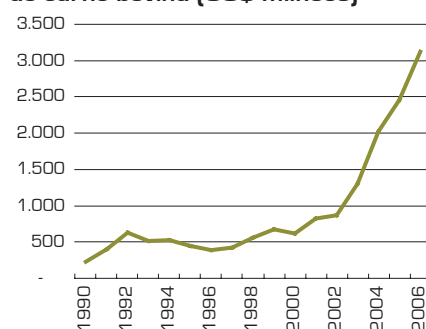
É lícito considerar que a atitude da União Européia foi motivada, em grande parte, por componentes políticos. O Brasil, como se sabe, é não apenas o maior exportador mundial de carnes (bovina, de aves e suína), com embarques que devem somar mais de US\$ 6 bilhões, mas também é o maior provedor de carne bovina do mercado europeu, motivando a pressão de produtores ingleses e irlandeses, em particular.

Não deixa de ser irônico o fato de que as maiores resistências em relação à carne brasileira sejam articuladas pelo Reino Unido, país que enfrentou três casos de febre aftosa no segundo semestre de 2007, ocasionados pelo escape do vírus da doença de laboratório encarregado de produzir vacinas – um clamoroso e grave erro de procedimento sanitário!

O lobby dos pecuaristas europeus, entretanto, deve ser contextualizado. Isso porque, amplificadas ou não, as deficiências no controle sanitário brasileiro apontadas pelo comissário de Saúde da Comissão de Agricultura da União Européia, Markos Kyprianou, não podem ser ignoradas, sob pena de perdermos mercados, negócios e investimentos.

Um exemplo claro desse risco foi evidenciado em dezembro de 2007, quando a Sadia, um dos maiores frigoríficos brasileiros, foi forçada a adiar a decisão sobre o local

Evolução das exportações brasileiras de carne bovina (US\$ milhões)



Fonte: Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

onde seria construído seu segundo frigorífico para abate de bovino – um investimento de R\$ 100 milhões – por conta do ambiente de incerteza provocado pela expectativa de imposição de restrições à carne bovina brasileira pela União Européia.

A deficiência dos sistemas de controle sanitário, infelizmente, não está restrita ao segmento da carne bovina. Ainda está fresco na memória dos consumidores brasileiros o escândalo da adulteração do leite longa vida, anabolizado com soda cáustica e água oxigenada. Nos últimos quatro anos, 324 abatedouros foram autuados por excederem o limite de água nos frangos congelados.

Situação similar pode ser constatada no segmento de produção de gelatina, produto obtido a partir do processamento do colágeno bovino. Maior produtor e exportador de gelatina do planeta, com embarques da ordem de R\$ 300 milhões anuais, o Brasil construiu sua posição de liderança internacional nesse terreno capitalizando nossas notórias vantagens comparativas, a começar pela abundância de matéria-prima, assegurada pela condi-

ção de determos o maior rebanho bovino comercial do planeta.

Contamos ainda com fartura de terras, profusão de águas e sol, muito sol, durante o ano todo. Finalmente, o nível tecnológico das indústrias de produção de gelatina instaladas no Brasil é de classe mundial – o padrão de excelência das fábricas que aqui operam é confirmado por sucessivos registros de patentes internacionais.

Essa incomparável riqueza, entretanto, é constantemente ameaçada pela ação de empresas piratas – os chamados raspadores de couros – que, operando ao arrepio da lei e sob as mais precárias condições de higiene, e mesmo trabalhistas, colocam em risco a imagem e a própria sobrevivência das empresas que atuam de forma regular, gerando empregos, divisas e riquezas para o País.

A atuação das empresas piratas precisa ser fiscalizada com o maior rigor para preservar o patrimônio e a posição de liderança que o Brasil ostenta no segmento. Nesse sentido, uma proposta recentemente sugerida por técnicos e especialistas merece consideração, ou seja, a escalação de veterinários itinerantes, no lugar dos “residentes”, para a condução dos trabalhos de fiscalização de produtos animais, dentro do âmbito do Serviço de Inspeção Federal (SIF). O novo modelo pode oxigenar a atividade de fiscalização sanitária, reforçando as ações em curso para aperfeiçoar o Serviço Nacional de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), articuladas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). ■

* Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Gelatina